

O Estado na educação: precisamos de uma outra política

Retomo, pela sua centralidade, a questão do Estado na educação. As políticas sociais públicas e, em particular, a da educação escolar têm estado profundamente marcadas pela acção do Estado.

Portugal é um país onde a presença do Estado tem sido estruturalmente sólida e duradoura. O Estado precedeu a Nação e esta nunca se terá revelado, nos seus mais diversos interstícios, suficientemente autónoma e livre. O círculo viciado é conhecido: o Estado tende a posicionar-se como o único construtor do edifício social, procurando ciclicamente, ao longo da história, abafar as inúmeras iniciativas sociais; estas vingam com dificuldade, controladas por um Estado abafador, omnipresente, com um aparelho tentacular; as iniciativas autónomas não se afirmam com energia e durabilidade suficientes; o Estado, para cúmulo, declara a “debilidade da sociedade civil” e aniquila as suas conquistas (toma conta de escolas e hospitais, expulsa os seus promotores, etc., etc.).

Esta presença, reprodutora de presença, de dependência e não de autonomia (veja-se a delícia que têm sido os fundos comunitários para reforçar a presença do Estado na sociedade, quando o movimento poderia ter sido o contrário!), não se afirma apenas nos momentos de ruptura histórica. É permanente e sub-reptícia, escapa aos olhos e ouvidos da maioria dos cidadãos e das instituições. As “reformas educativas” são disso um exemplo: equipas técnicas, amplamente iluminadas, asseguram as medidas que é necessário tomar em qualquer escola, em qualquer local do país, por quaisquer profissionais, com o objectivo de garantir a disciplina, o sucesso, a cooperação pais-família, a qualidade da educação. Em cada escola, estatal ou privada, a insegurança é permanente, a mudança é contínua, as medidas sucedem-se umas atrás das outras, sem avaliação. Mas, atenção, isto não é um acaso: é um modelo. Os actores sociais locais - professores, pais, alunos, autarquias, associações e outras instituições – crescem em impotência, à medida que as reformas se sucedem. Esgotam-se a conhecer o que está a mudar, a reconhecer as novas leis, a cumprir exaustivamente os sempre novos procedimentos, em vez de investirem, em paz, em serem melhores profissionais autónomos, em trabalharem em equipa, em participarem em novas redes de cooperação entre os actores sociais, em vez de edificarem situações autónomas, sustentadas seja na

sua reflexividade diante das diferentes realidades sociais, seja na persistência de esforços para construir o dito sucesso, cooperação, qualidade, passo a passo, ano a ano, plano a plano. Os actores sociais perdem as suas energias a olhar para cima, em vez de olhar para o lado. A autonomia requer muito investimento no caminho da autonomia, sem perdas de tempo. Ora, a desfocagem que constantemente é provocada, vinda do centro e do poder, perturba e desorienta, provoca a “lassidão dos actores”. Se a este quadro se acrescentar que os actores são débeis, desorganizados, pouco autónomos, o círculo fecha-se, perfeito. Ainda por cima: é o Estado que o diz!

Tem sido exactamente este o círculo de ferro que nos tem estrangulado: aos profissionais, às escolas, aos projectos interinstitucionais e interprofissionais. A liberdade dos actores é uma mistificação, a liberdade de ensino é uma fraude, embrulhada no papel mais doirado!

As consequências estão à vista de todos:(i) irresponsabilidade dos actores, em todos os níveis do sistema; (ii) inconsistência de todas as dinâmicas de autonomia “decretadas” pelo Estado; (iii) descrédito do trabalho autónomo local; (iv) desmotivação progressiva dos actores; (v) incumprimentos sistemático, por parte do Estado, das normas que ele próprio decreta.

O grave é que esta política de simulacro é tão bem exercida que reforça, década após década, a presença, o papel e o lugar do Estado.

Mais grave do que isto só a incapacidade crítica que grassa na sociedade portuguesa, incapaz de esboçar modelos alternativos de Estado e de sociedade. Nenhum partido político, na actualidade, apresenta e debate na sociedade um outro modelo de cooperação na regulação social, entre Estado e sociedade, instituições e cidadãos organizados. Um outro modelo credível, claro e exequível.

A liberdade esmorece. O Estado concentra mais poder. Esta é a tendência mais recente, que só corrobora uma tendência estrutural bem mais funda e complexa.

Ora, sem liberdade não há educação de verdade. Sem liberdade e sem autonomia, não há responsabilização dos actores. Este estado de coisas não pode continuar pela simples razão de que a educação contém as suas principais energias fundacionais e renovadoras bloqueadas. O carro ainda está lá, e até vistoso, mas alguém, com autoridade (e não só) lhe bloqueou as rodas. Existe, claro que existe, funciona todos os

dias, envolve quase dois milhões de portugueses, mas é um animal em sobrevivência “vegetativa”.

Basta vermos os resultados. E, apesar de tudo, vemos. E comentamos. E maldizemos, todos os dias se condena este estado de coisas. Mas não se age sobre o foco do problema. Um problema complexo chamado Estado. Ainda mais complexo porque não se trata apenas de um problema, ele tem de ser parte da solução.

Acredito, além da liberdade, da autonomia e da responsabilidade, na capacidade para repensarmos, num outro quadro de regulação social, mais e melhor educação para todos os portugueses. Iniciativas, instituições e actores, dinâmicas de cooperação e de rede, interinstitucionais e interprofissionais, escolas com projectos e esperança, felizmente existem, um pouco por todo o lado. É preciso que ganhem asas, que voem mais alto, o que requer outras políticas.

Talvez valesse a pena que percorrêssemos o árduo caminho da política, tanto tempo depois de tentarmos resolver os problemas da educação com remendos técnicos sucessivos.

Porto, Maio de 2009

Joaquim Azevedo

Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa